DEFENSIVOS

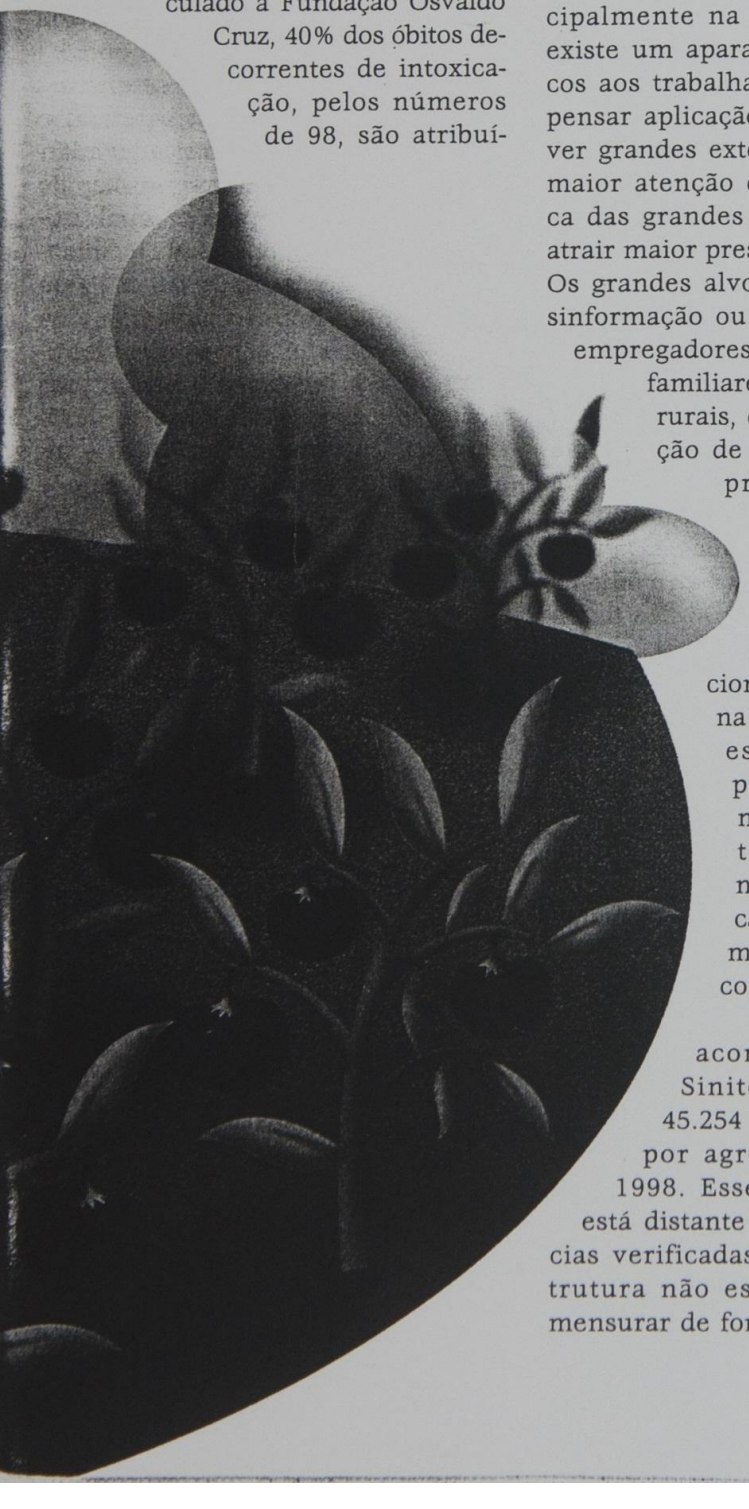
BRINCANDO com a vida

O grande volume de intoxicações no meio rural só agora começa a sensibilizar as autoridades sanitárias. À mercê deste descaso está o aplicador, que pouco faz uso do equipamento de proteção individual (EPI)

Laboratório de Desenhos

GLAUCO MENEGHETI

Um dos aspectos negativos do uso de agroquímicos na agricultura nacional, os problemas de saúde pública decorrentes da exposição contínua a esses produtos sem o equipamento de proteção individual (EPI) ainda são pouco estudados no Brasil. As pesquisas sobre o assunto, que servem de base para a definição de políticas de combate, são escassas diante da extensão do problema. Segundo o Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (Sinitox), órgão do Ministério da Saúde vinculado à Fundação Osvaldo Cruz, 40% dos óbitos decorrentes de intoxicação, pelos números de 98, são atribuídos aos defensivos agrícolas, representando a primeira causa de mortalidade. Nesse ranking trágico, o defensivo químico apresenta o maior índice de letalidade, com 3%, enquanto que os demais variam de 0,40% a 0,90%. O aumento da utilização dos defensivos não teve um acompanhamento à altura em termos de ações preventivas e de educação. O uso no mundo quintuplicou nos últimos 30 anos. No Brasil, foram comercializados US$ 1,6 bilhão em agrotóxicos em 1995. Cinco anos depois, a cifra quase dobrou: US$ 2,5 bilhões.



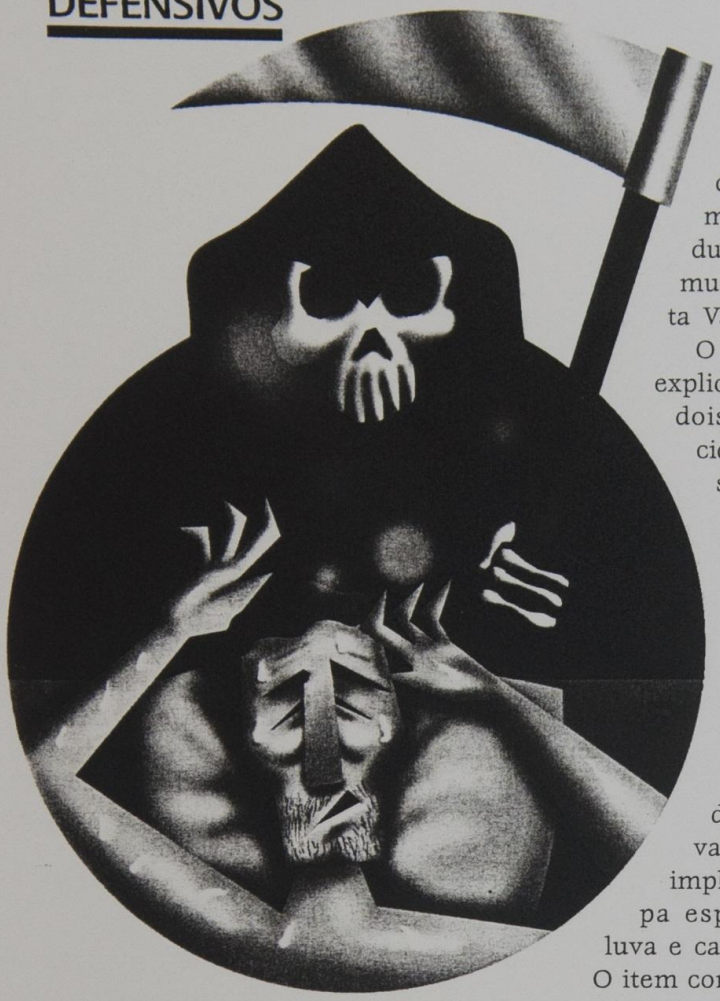
Na agricultura empresarial, principalmente na produção de grãos, existe um aparato que reduz os riscos aos trabalhadores. Além de dispensar aplicação manual por envolver grandes extensões de terra, tem maior atenção da assistência técnica das grandes indústrias, além de atrair maior presença da fiscalização. Os grandes alvos, quer seja por desinformação ou por negligência dos empregadores, são os agricultores familiares e os trabalhadores rurais, que atuam na produção de hortifrutigranjeiros, principalmente, nas culturas do tomate, batata, melancia, cebola, fumo, maçã e frutas cítricas. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) estima que 300 mil pessoas sejam contaminadas por agrotóxicos anualmente no País. Para cada caso confirmado, estima-se outros 50 não confirmados.

O número supera o acompanhamento do Sinitox, que constatou 45.254 casos de intoxicação por agrotóxicos de 1994 a 1998. Esse dado, no entanto, está distante do total de ocorrências verificadas no País, pois a estrutura não está aparelhada para mensurar de forma confiável as conseqüências do manejo equivocado dos agrotóxicos. "O sistema de notificação é bastante irregular, não cobrindo todo o território nacional, e por isso há um sub-registro muito grande", admite a coordenadora do Sinitox, Maria Élide Bortoletto.

O Sinitox possui 31 centros de informação toxicológica, localizados em 17 estados, concentrados nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. É complicado fazer um levantamento mais apurado porque, na maioria dos estados da Federação, a notificação de óbito ou intoxicação não é compulsória, e muitos casos não chegam ao conhecimento dos centros. Do total de registros de 1994 a 1998, apenas um terço foi encaminhado para o Sistema Único de Saúde (SUS). "Também é preciso lembrar que nem sempre a causa do óbito é referenciada corretamente", chama a atenção Maria Élide. Desse ponto de vista, por exemplo, um caso de câncer não será necessariamente associado à exposição aos agrotóxicos.

Outros seis centros de controle de intoxicações (CCI) – que envolvem a Unicamp, USP, Universidades Federais de Santa Catarina e de Minas Gerais, além das estaduais de Londrina e de Maringá/PR – também fazem um acompanhamento das causas de intoxicação nos seus estados de origem. Nas contas dessas instituições, que fornecem as informações ao Grupo de Estudos Epidemiológicos em Toxicologia (GET) – que integra o CCI da Unicamp, mais a Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef) e Sindicato Nacional da Indústria de Produção para Defensivos Agrícolas (Sindag) –, depois dos medicamentos e animais peçonhentos, os defensivos químicos respondem pela terceira causa de intoxicação.

De acordo com o médico e professor de Toxicologia da Unicamp, Flávio Zambrone, as causas de intoxicação por defensivos agrícolas podem ser divididas em três grupos: um terço é atribuído às intoxicações acidentais, outro terço às ocupacionais e o restante às tentativas de suicí-



Segundo a Contag, 300 mil trabalhadores são contaminados por ano

dio, as chamadas intoxicações intencionais. Nas duas últimas categorias, são observados os patamares mais altos de mortalidade. A indústria oferece algumas soluções para combater os casos fatais: adicionou vomitivos às formulações para contornar as tentativas de suicídio e vem diminuindo os graus de toxicidade de seus produtos. "As indústrias estão registrando produtos menos agressivos ao meio ambiente e com toxicidade menor", concorda o coordenador de Fiscalização de Agrotóxicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Marcos de Barros Valadão. "Mas isso ainda é apenas uma tendência de mercado", afirma. "A quantidade de produtos ofertados ainda tem muito a evoluir", acrescenta Valadão.

O especialista da Unicamp explica que o risco implica em dois componentes: a toxicidade, que, por mais que se queira abrandar, não é eliminada totalmente; e a exposição ao produto, que é onde entra a eficiência dos equipamentos de proteção individual. No passado, dizia-se que era preciso utilizar todo o aparato de proteção quando se preparava e aplicava os agroquímicos, o que implica na utilização de roupa especial, bota, máscara, luva e capacete.

O item conforto era relegado a segundo plano. A resistência dos aplicadores, que se sentiam incomodados pelo calor e peso do equipamento, obrigou os técnicos a encontrarem soluções. Descobriu-se, então, que é possível adequar comodidade e segurança na aplicação dos defensivos. "Os equipamentos devem ser adequados às condições de uso, ao tipo de formulação e ao tipo de cultura", assegura Zambrone, da Unicamp. Existem hoje no mercado roupas especiais de algodão, em substituição às de borracha e de plástico, mais desconfortáveis. O equipamento completo custa, em média, R$ 40,00.

PESQUISA

Uma pesquisa realizada no Paraná na safra 1998/99 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela Secretaria Estadual da Agricultura e do Abastecimento (Seab) mostrou que o resultado das campanhas do governo e das indústrias ainda é pouco perceptível na realidade. No Paraná, segundo estado brasileiro em volume de vendas de agrotóxicos (São Paulo vem em primeiro lugar com 69.404 toneladas em 1999), o destino da maior parte das embalagens vazias (61,09%) ainda é o armazenamento na propriedade. Também se verificou o baixo uso de equipamentos de proteção pelos agricultores: apenas 5,65% dos estabelecimentos rurais do estado fazem uso completo de EPI durante as aplicações de agrotóxicos, e em 23% não se utilizam de nenhum dos equipamentos. É preciso dizer que quase 30 mil casos de intoxicação foram notificados durante a safra 1998/1999.

Dos 382.998 estabelecimentos rurais do estado, 225.091 (58,9%) usam freqüentemente os defensivos para o combate a pragas, doenças e ervas daninhas. Essa prática leva larga vantagem sobre outras formas de controle, como a roçada manual (utilizada em 24,25% dos estabelecimentos rurais), a rotação de cultura (em 24,51%) e o controle biológico (em 3,49%). A pesquisa permitiu identificar, pela primeira vez, as culturas agrícolas a que os produtos se destinam. As culturas pesquisadas – algodão, mandioca, milho e soja – correspondem a cerca de 70% da área do estado e, com exceção da mandioca, são as que mais consomem agrotóxicos. Dessas, é o algodão que absorve os defensivos de maior toxicidade à saúde humana, seguido pelo milho que, ao longo do tempo, vem ganhando a adesão de grandes produtores.

Conforme o engenheiro agrônomo e supervisor de Pesquisas Agropecuárias do IBGE no Paraná, Jorge Mryczka, os resultados da pesquisa poderão servir de subsídios para a realização de ações no campo da saúde, agricultura e meio ambiente. No entanto, o acompanhamento não teve prosse-

guimento no ano seguinte, o que preocupa Mryczka. "Essas informações teriam que ser levantadas com maior freqüência. A questão dos defensivos tem muita coisa a evoluir em termos de conscientização", lamenta. O trabalho foi realizado sobre uma amostra de previsão de safra, realizada anualmente pelo IBGE, mas necessitou de um aporte extra do Governo do Estado, que nem sempre está disponível.

OS ESTADOS QUE MAIS CONSOMEM DEFENSIVOS

	Produto Comercial (t)			Valor US$ 1.000		
	1997	1998	1999	1997	1998	1999
São Paulo	76.672	77.288	69.404	591.333	605.501	517.734
Paraná	43.219	49.631	42.396	393.184	451.605	368.113
Minas Gerais	33.591	37.101	36.902	209.453	247.436	247.493
Rio Grande do Sul	29.739	36.825	33.123	278.191	342.481	276.187
Mato Grosso	18.099	28.741	28.027	175.225	271.172	262.925

Fonte: Sindag

POLÍTICAS

Na batalha contra a desinformação e a atitude negligente de empregadores rurais, governo e iniciativa privada marcam alguns pontos, mas estão longe de dar fim à incidência generalizada de casos de intoxicação por agroquímicos no campo. Foi apenas em 1999 que o perfil da fiscalização no campo passou a fazer jus ao peso que a agropecuária tem na economia nacional. De acordo com o coordenador de Fiscalização da Área de Segurança e Saúde no Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, Geraldo José Ferreira, é obrigação constitucional do Poder Federal de exercer a fiscalização sobre as condições de segurança nos diversos setores produtivos. No que diz respeito ao campo, o governo descumpriu o seu papel constitucional por anos a fio. Basta ver os números: do total de 140 mil ações de fiscalização efetuadas pelas Delegacias Regionais do Trabalho ao ano, número que corresponde a uma média histórica, menos de 1% eram voltadas para o meio rural. "Ocorre que a formação dos auditores fiscais é voltada para o meio urbano", justifica Ferreira.

Desde 1999, conforme o diretor do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, Juarez Corrêa Barros Júnior, que o Ministério passou a montar uma estrutura para lidar com os riscos inerentes à atividade agrícola. No primeiro ano, a ênfase foi dada ao transporte de trabalhadores no campo, a primeira causa de mortalidade no País. Em 2000, tratou-se a questão da alimentação no campo e, em 2001, os agrotóxicos passam a ocupar as preocupações do Ministério. "Esses temas, hoje, passam a incorporar a pauta de ações do Ministério", garante Barros Júnior. O diretor, no entanto, só não informa quanto o Governo Federal tem disponibilizado anualmente em dinheiro para garantir o cumprimento destas atribuições.

Em muitos casos, o agricultor resiste ao uso do EPI, em função do calor

As ações preventivas são outra preocupação do Poder Executivo. Um desafio e tanto está sendo treinar fiscais pouco afeitos aos problemas encontrados no campo. Para tornar os servidores minimamente preparados, estes estão sendo submetidos a um curso de Gestão de Riscos no Setor Rural, para que passem a ser multiplicadores das ações de prevenção. Para aumentar esse "exército", recentemente os ministros José Serra, da Saúde, e Francisco Dornelles, do Trabalho, assinaram um Termo de Referência onde está prevista a participação dos agentes comunitários de saúde, que já atuam nas áreas rurais. Em função dessas ações, o MTE já tem alguns resultados a oferecer: em 1999, a cada 100 ações de fiscalização, 2% eram feitas em áreas rurais; já em 2000, esse número subiu para 4%. Para 2001, a meta é atingir os 6%.

A ausência de fiscalização é algo que preocupa o presidente do Sindicato Nacional das Indústrias de Produção para a Defesa Agrícola, José Roberto Da Ros. Sem o controle sobre os empregadores, julga, o esforço feito pelos fabricantes, associações, sindicatos e até pelo próprio governo em disseminar o uso adequado de defensivos cai por terra. "Esse é um esforço que precisa ter a contrapartida dos outros agentes en-

Lei sobre o destino das embalagens só entra em vigor em 2002

volvidos com o problema", diz o dirigente. A exemplo do governo, as indústrias têm procurado contribuir organizando cursos e distribuindo folhetos para quem tem contato mais próximo com os produtores, as cooperativas, revendedores e os distribuidores de defensivos. Da Ros, no entanto, não soube informar quanto as indústrias estão tirando do caixa para os cursos e para o material informativo.

LEGISLAÇÃO

Cerca de um terço das intoxicações por defensivos agrícolas ocorre de forma involuntária, o que inclui aí também a destinação incorreta das embalagens, que muitas vezes vão parar nas mãos de crianças ou são agregadas aos utensílios domésticos de desavisados, que as utilizam para armazenar água e alimentos. Atualmente, estima-se que sejam recicladas cinco milhões de unidades anuais, o que corresponde a 20% do consumo. Nesse sentido, a legislação em curso, o Decreto n° 3.828, poderá pesar para que os indicadores de poluição e contaminação sejam aperfeiçoados.

O decreto presidencial, que vem aperfeiçoar a atual legislação, determina que os agricultores façam a tríplice lavagem das embalagens, e que os fabricantes e revendedores montem centrais de reciclagens. Além disso, exige das indústrias a fixação de rótulos que contenham ilustrações sobre obrigatoriedade do recolhimento das embalagens, procedimentos de lavagem do utensílio e local de entrega. O governo ampliou os prazos para que os agricultores, revendedores e fabricantes enquadrem-se nas novas exigências sobre o controle e fiscalização dos agrotóxicos. Eles terão até 31 de maio do ano que vem para isso.

Conforme o coordenador de Fiscalização de Agrotóxicos do Ministério da Agricultura, Marcos de Barros Valadão, os prazos foram ampliados a pedido da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), porque o setor privado não conseguiu obter em tempo hábil as licenças ambientais necessárias para instalar os postos de recolhimento das embalagens e das centrais de reciclagem. Desde o ano passado, aproximadamente 30 postos de recolhimento de embalagens foram instalados no País, espalhados nos estados do Paraná, São Paulo, Mato Grosso, Minas Gerais e São Paulo. Além disso, Valadão anuncia que, em parceria com o Ministério da Saúde, sua pasta está próxima de tirar da gaveta o Programa de Análise de Resíduos, no qual serão feitas triagens para analisar em laboratório que produtos consomem mais intensivamente agroquímicos. Isso servirá de base para as abordagens de prevenção e fiscalização. ■

TRABALHADOR RURAL NÃO TEM A SAÚDE MONITORADA

Os trabalhadores envolvidos na aplicação de defensivos e que ficam doentes estão tendo dificuldades em ganhar indenização das empresas, denuncia a direção do Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Segundo o relato do secretário de Assalariados da entidade, Guilherme Pedro Neto, as leis trabalhistas de pouco ou nada valem no campo. Para começar, ao serem contratados, não são submetidos ao exame médico admissional. Uma vez trabalhando, não passam por exame periódico mensal para saber qual a intensidade da intoxicação. Por sua vez, quando são demitidos, não passam por exame final para um check-up sanitário. Desta forma, não têm como comprovar a doença com a exposição contínua aos defensivos.

Neto lembra também que mesmo estando protegidos com os equipamentos de proteção individual, que conseguem anular os efeitos nocivos da exposição por até quatro horas, os trabalhadores são obrigados a cumprir uma jornada ainda mais extensa de aplicação, com o sol a pino. "Mas não ficamos apenas denunciando", adverte Pedro Neto.

A Contag preparou duas peças gráficas que estão sendo distribuídas pelos sindicatos rurais. O cartaz vai direto ao assunto: diz que os agrotóxicos matam. Já a cartilha é de fácil compreensão e mostra passo a passo como os agricultores devem se proteger. Junto com o Ministério do Trabalho, está envolvida em uma campanha que vai atingir as cinco grandes regiões agrícolas do País. ■